

A INSTITUCIONALIZAÇÃO ACADÊMICA DA TERAPIA OCUPACIONAL NO ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS: PERCURSO HISTÓRICO

Academic institutionalization in occupational therapy in college education in alagoas: historic path


La institucionalización académica de la terapia ocupacional en la educación superior en alagoas: ruta histórica

Silva, E.J., Reis, S.C.C.A.G. & Bezerra, W.C. (2022). A institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no ensino superior de alagoas: percurso histórico. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. 6(1), 715-731. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto43842

Eduardo Jordão da Silva 

<https://orcid.org/0000-0001-6158-4642>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Maceió, Alagoas, Brasil.

Stéphy Conceição Correia Alves 
Guedes Reis

<https://orcid.org/0000-0001-8663-997X>

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil.

Waldez Cavalcante Bezerra 

<https://orcid.org/0000-0001-7178-4074>

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), Maceió, Alagoas, Brasil.

Resumo

Introdução: O Curso de Bacharelado em Terapia Ocupacional da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas teve suas atividades iniciadas no primeiro semestre de 1997, após autorização de um Decreto Estadual. Porém, apesar de mais de vinte anos de fundado, não há informações na literatura acerca da sua institucionalização, que foi de grande importância para expandir o acesso da população alagoana à assistência terapêutica ocupacional. **Objetivo:** Descrever o processo de institucionalização acadêmica do Curso de Terapia Ocupacional no ensino superior do Estado de Alagoas, em seus primeiros anos de fundação. **Método:** Foi utilizado o método história oral para a produção de dados, o qual permite a tecitura de documentos, a partir da vida social de pessoas, e, de forma secundária, o levantamento de documentos oficiais da instituição de ensino acerca da criação do Curso. Buscou-se identificar e localizar pessoas que participaram da construção do Curso nos anos iniciais, tendo sido realizadas entrevistas com quatro delas. **Resultados:** O estudo revelou que a institucionalização acadêmica da Terapia Ocupacional no ensino superior de Alagoas se deu em meio a inúmeras dificuldades estruturais da Instituição de Ensino Superior e do próprio mercado de trabalho para a área no estado, praticamente inexistente na época. **Conclusão:** Apesar das dificuldades relatadas, a criação da graduação impulsionou a formação de um mercado de trabalho no estado, contribuindo para formação de terapeutas ocupacionais e para que a população pudesse se beneficiar dos serviços da área.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional/história. Institucionalização. Ensino Superior.

Abstract

Introduction: The Bachelor's Course in Occupational Therapy from the State's Health and Science University had its first activities started in the first semester of 1997, after a state decret authorizing it. However, even though it has been more than twenty years since its foundation there is no information in the literature regarding its institutionalization, which, was of extreme importance to expand the access to the people from Alagoas to occupational therapy assistance. **Objectives:** To describe the academic institutionalization process of the Occupational Therapy course in college education in its first years since it was founded. **Method:** The oral history method was used to produce data, which allows the weaving of documents from the social life of people and, secondarily, the survey of official documents from the educational institution about the creation of the program. It was aimed to identify and locate people who participated in the construction and in the first years of the program, four of them were interviewed. **Results:** The study revealed that the academic institutionalization of Occupational Therapy in college education in Alagoas has happened among several structural difficulties from the College as well as the Job Market to the field in the state, which, was practically non existing back then. **Conclusion:** Despite said difficulties, the creation of this bachelor's course, has boosted the creation of a job market in the state, thus contributing to the formation of occupational therapists and, to the benefit of society when using the services provided by the field.

Keywords: Occupational Therapy/history. Institutionalization. College education.

Resumen

Introducción: La Licenciatura en Terapia Ocupacional de la Universidad Estatal de Ciencias de la Salud de Alagoas inició sus actividades en el primer semestre de 1997, previa autorización de Decreto del Estado. Sin embargo, a pesar de más de veinte años de fundación, no existe información en la literatura sobre su institucionalización, la cual fue de gran importancia para ampliar el acceso de la población de Alagoas a la asistencia terapéutica ocupacional. **Objetivo:** Describir el proceso de institucionalización académica del curso de Terapia Ocupacional en la educación superior en el estado de Alagoas en sus primeros años de fundación. **Método:** Para la producción de datos se utilizó el método de historia oral, que permite tejer documentos de la vida social de las personas y, en segundo lugar, el relevamiento de documentos oficiales de la institución educativa sobre la creación del Curso. Se buscó identificar y ubicar a las personas que participaron en la construcción y años iniciales del Curso y se realizaron entrevistas a cuatro de ellos. **Resultados:** El estudio reveló que la institucionalización académica de la Terapia Ocupacional en la educación superior en Alagoas se dio en medio de numerosas dificultades estructurales de la Institución de Educación Superior y del mercado laboral para el área en el estado, prácticamente inexistentes en ese momento. **Conclusión:** A pesar de las dificultades reportadas, la creación del programa de pregrado impulsó la formación de un mercado laboral en el estado, contribuyendo a la formación de terapeutas ocupacionales y para que la población pudiera beneficiarse de los servicios en la zona.

Palabras clave: Terapia ocupacional/historia. Institucionalización. Enseñanza superior.

1. Introdução

Em 1956, a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação fundou a Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro, dando início aos primeiros cursos técnicos de Terapia Ocupacional e Fisioterapia no Brasil. Em seguida, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, foram disponibilizados cursos no mesmo formato daquele do Rio de Janeiro (Soares, 1991; Reis, 2017). No entanto, foi apenas na década de 1970, após o Decreto-Lei n.º 938, de 13 de outubro de 1969, que garantiu o reconhecimento da formação dos profissionais terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas como de nível superior, que ocorreu o que Lopes (2004) denomina de primeiro *boom* dos cursos de Terapia Ocupacional no Brasil, sobretudo em instituições privadas. Nessa década, foram criados cursos nos estados da Bahia, Ceará, bem como outros em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Reis, 2017).

A década subsequente trouxe novidades para o ensino superior brasileiro e a universidade assumiu um protagonismo no movimento pela redemocratização do País (Pan, 2014). Em 1983, foi lançado o Programa de Avaliação da Reforma Universitária pelo Ministério da Educação (MEC), substituído, em 1985, pela Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior (GERES), que curricularizou o ensino superior brasileiro. Esta década foi um marco para a Terapia Ocupacional, devido à definição de um novo currículo mínimo, estabelecido em 1983, que auxiliou na ampliação das áreas de atuação profissional e deu impulso na comprovação científica das suas práticas e técnicas (Lopes & Pan, 2013; Moreira, 2008).

Na década de 1990, têm-se decisões importantes para o ensino superior brasileiro, tal qual para o curso de Terapia Ocupacional. O Governo Federal aprovou a Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, que reformulou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e redefiniu os parâmetros para a criação de novas instituições de ensino superior. No ano de 1996, a educação nacional foi fortalecida com o surgimento e

Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup., 6(1), 715-731, 2022.

a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/EN), que buscou promover a flexibilidade, a competitividade e a avaliação do ensino superior no Brasil, bem como a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação (Drummond & Rodrigues, 2004).

A LDB/EN continha novos referenciais para os cursos de graduação e estabelecia que as DCNs dos cursos fossem elaboradas com o auxílio de docentes especialistas de cada área. Foi, então, constituída a Comissão de Especialistas de Ensino de Fisioterapia e Terapia Ocupacional para assessorar nos processos de autorização e reconhecimento de cursos e o credenciamento das instituições (Lopes & Pan, 2013). Ao final da década, em 1998, esta comissão foi desmembrada e dividida em duas, uma para cada profissão (Brasil, 1996, 1997; Hahn & Lopes, 2003).

Nesse contexto de reestruturação do ensino superior no País, no Estado de Alagoas, representantes da Fundação Governador Lamenha Filho (FUNGLAF) elaboraram e enviaram uma Carta Consulta para a Secretaria de Educação e Desportos do Estado de Alagoas, solicitando a implantação do Curso de Terapia Ocupacional no estado, o qual obteve autorização para funcionar ainda na década de 1990. Atualmente, apesar dos mais de vinte anos de existência desse Curso, não há registro sistematizado na literatura acerca do seu histórico. No entanto, conhecer sua trajetória é importante para compreender o desenvolvimento da profissão no estado, bem como para analisar sua condição atual, entendendo que essa história é a referência que projeta a graduação e a ação profissional para o momento presente e o próprio desenvolvimento da Terapia Ocupacional no País.

Desse modo, esta pesquisa traz elementos que fazem parte da identidade do Curso de Terapia Ocupacional no estado de Alagoas, com base no conhecimento de sua trajetória inicial, levantando características da sua criação. Buscou-se descrever o processo de institucionalização acadêmica do Curso de Terapia Ocupacional no ensino superior do Estado de Alagoas, em seus primeiros anos, a partir da história de pessoas que vivenciaram esse processo e, de forma secundária, o levantamento de informações em documentos oficiais da instituição de ensino acerca da criação do Curso de Terapia Ocupacional.

2. Método

Trata-se de um estudo longitudinal retrospectivo e descritivo, de caráter qualitativo, realizado na cidade de Maceió, estado de Alagoas. Obedecendo às normas que regulamentam a pesquisa com seres humanos, esta pesquisa foi encaminhada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), com parecer de n.º 3.344.629.

Para construção do estudo, fez-se uso da história oral, por meio da qual é possível contar narrativas sobre um fenômeno, acontecimento ou um determinado período histórico, mediante o depoimento de sujeitos que participaram do evento narrado, possibilitando a produção de documentos históricos por meio da oralidade e, assim, resgatar processos históricos ainda não sistematizados (Gigante, 2008; Silva

& Barros, 2010). De forma secundária, também se buscou informações em documentos oficiais da instituição de ensino acerca da criação do Curso de Terapia Ocupacional.

Considerando a concepção de Meihy (2005) sobre história oral, a narrativa é uma elaboração baseada em fatos e impressões específicas, compondo uma visão pessoal dos fatos. O narrador é o autor e intérprete de si, o personagem principal de sua história; ao contar, recria sua vivência, ao tempo que as revive através de suas memórias. Ao lembrar os momentos vividos, o narrador realiza uma organização única, na qual obedece a um sentido afetivo, sendo o recontar um ato de criação (Bosi, 2003).

Nesse caso, as histórias são relatos de uma trajetória singular, que é compreendida pelo ângulo da imprecisão, da incerteza, das contradições e da dúvida. Não há, na história oral, a intenção de uma verdade única e absoluta, por um percurso congruente; intenta-se fazer o registro de uma versão de sentimentos e eventos históricos narrados por uma determinada pessoa.

Sendo assim, a aplicação da história oral oferece subsídios para a pesquisa social, pois propicia o conhecimento de diversas formas e interpretações sobre determinado tema. Considerando as potencialidades do método e a falta de informações sistematizadas que resgatassem a trajetória de institucionalização acadêmica da Terapia Ocupacional no Estado de Alagoas, elegeu-se a história oral como meio para a construção de narrativas que possibilitassem uma apreensão de memórias individuais e coletivas de uma versão e/ou versões do período de implantação do Curso no estado, bem como sobre acontecimentos e características dos seus anos iniciais de funcionamento.

A procura por pessoas que participaram dessa história inicial do Curso se deu utilizando a metodologia "bola de neve" (Vinuto, 2014), bastante utilizada com populações desconhecidas. Contatou-se, primeiramente, a coordenadora do Curso na época da elaboração da pesquisa, Prof.^a Dr.^a Ana Elisabeth Lins, com o intuito de apresentar o estudo e obter a indicação de pessoas que participaram e vivenciaram os anos iniciais do Curso (docentes terapeutas ocupacionais, ex-alunos das duas primeiras turmas, funcionários da instituição). Ao contatar a sua primeira indicada, essa também forneceu indicações de outros possíveis colaboradores e assim sucessivamente. Destaca-se que a intenção foi ouvir relatos sobre o processo cotidiano de construção do Curso e isso só seria possível contactando pessoas que estiveram diretamente envolvidas no seu funcionamento diário. Optou-se, então, por excluir desta pesquisa pessoas que tiveram contribuições passageiras e pontuais, como, por exemplo, aquelas que apenas assinaram atos normativos, que disponibilizaram projetos pedagógicos para servirem de modelos, que viabilizaram visitas técnicas em outras universidades, docentes de outras instituições que vieram dar aulas pontuais no formato de curso de curta duração, tendo em vista que essas pessoas não vivenciavam o cotidiano do Curso. Essa primeira etapa ocorreu entre os meses de fevereiro e março de 2019.

Por meio dessas indicações, formou-se uma lista com os nomes de dez possíveis colaboradores(as). Obviamente, mais nomes poderiam ser incluídos na lista, porém, optou-se por formá-la a partir dos

nomes mais indicados pelos contatados, que começaram a se repetir, e com aqueles que foi possível encontrar alguma forma de comunicação (telefone ou e-mail).

Durante os meses de abril e maio, todas as dez pessoas foram contatadas por telefonemas e/ou correio eletrônico, por, pelo menos, duas vezes, de modo a fazer uma aproximação, explanação do estudo e o convite para um primeiro encontro presencial com o pesquisador, denominado aqui de pré-entrevista. Esta objetivava explicar e tirar dúvidas sobre o estudo e o método, fazer o convite oficial para participação e, no caso de aceite, assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Também era explicado o porquê delas se tornarem colaboradoras e que seus nomes seriam revelados devido ao objetivo e à natureza da pesquisa, que buscou reconhecer e dar visibilidade a pessoas que vivenciaram os anos iniciais do Curso.

Das dez pessoas que foram convidadas para participar da pré-entrevista, somente quatro puderam e aceitaram participar. Destas, uma foi a primeira professora terapeuta ocupacional do Curso; duas egressas da segunda turma e a primeira assistente administrativa do Curso, conforme o quadro 1. Ressalta-se que, dentre os convidados, constavam outros professores, alunos da primeira turma e outros atores da instituição, cujos nomes aparecerão ao longo deste artigo, mas que não foi possível contar com a colaboração deles por motivos diversos, tais como a ausência de resposta aos contatos do pesquisador, recusa em participar da pesquisa e não estar mais residindo em Alagoas.

Quadro 1: Apresentação das colaboradoras do estudo

Nome	Papel
Adriana di Martella Orsi ¹	Estudante/Turma II
Juciara Pinheiro de Carvalho ²	Professora/Terapeuta ocupacional
Luzânia Alves de Lima ³	Assistente administrativo
Manuella de Medeiros Albuquerque Lima ⁴	Estudante/Turma II

Fonte: Elaboração própria.

Após a pré-entrevista, era marcado um novo encontro para realização e gravação da entrevista propriamente dita, seguindo os preceitos da história oral. Até esse segundo encontro, todas as quatro colaboradoras solicitaram um tempo para organização e ordenação de suas memórias e reminiscências.

As entrevistas ocorreram individualmente, nos espaços da Uncisal, local de escolha das quatro participantes. Essa etapa foi realizada entre os meses de maio e agosto de 2019. Seguindo o formato de entrevista aberta, não havia um roteiro prévio de questões a ser seguido, o pesquisador apenas solicitava que as colaboradoras contassem suas histórias e experiências nos anos iniciais do Curso de

¹ Graduou-se em 2003 e, no mesmo ano, retornou ao Curso como docente, ingressando via concurso público, onde atua desde então.

² Graduou-se em Terapia Ocupacional pela UFPE, em 1981, e ainda é docente do Curso.

³ Atualmente trabalha como assistente administrativo na Pró-Reitoria de Ensino e Graduação da Uncisal.

⁴ Graduou-se em 2003 e atua, desde 2006, como terapeuta ocupacional em uma unidade assistencial vinculada à Uncisal, onde exerce também a função de preceptora de estágio para estudantes do Curso.

Terapia Ocupacional da Uncisal, desde o momento que adentraram ao Curso, em suas respectivas funções – estudantes, professora e técnico administrativo. A partir das falas, o pesquisador buscava explorar elementos trazidos por elas que poderiam elucidar questões importantes para a recomposição histórica da institucionalização da Terapia Ocupacional no ensino superior do estado de Alagoas, tais como a organização e o funcionamento do Curso, os desafios enfrentados, os avanços etc. Cada entrevista durou cerca de sessenta minutos, todas gravadas em áudio.

Em seguida, os áudios foram transcritos para posterior análise, seguindo os preceitos da história oral e construção de documentos oriundos das narrativas orais, como preconiza o método história oral. Logo após, os textos oriundos das entrevistas passaram pelo processo de transcrição, que é a organização da entrevista de forma mais temporal, sistematizando as sequências dos fatos contados pelos colaboradores. Por fim, as entrevistas foram enviadas para apreciação e possível aprovação pelas colaboradoras, momento em que elas puderam interferir no texto, sendo acatadas as alterações sugeridas (Meihy & Holanda, 2007; Silva & Barros, 2010; Reis & Lopes, 2018). Uma vez aprovadas, obtiveram-se os documentos finais, que, junto às gravações, foram disponibilizados às colaboradoras e, ainda, arquivados na Uncisal, no Laboratório Metuia UFPB/Uncisal.

Por fim, ressalta-se que foi realizado, presencialmente, um levantamento de documentos oficiais originais que remontam a história do Curso no estado, presentes nos acervos da Coordenação do Curso de Terapia Ocupacional e da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação da Uncisal. Foram localizados: a Carta Consulta de criação do Curso; um memorial elaborado por representantes da instituição, em visitas realizadas em outras universidades com cursos de Terapia Ocupacional para subsidiar a criação do Curso; atos autorizativos; e o primeiro Projeto Pedagógico do Curso. Foram feitas cópias de tais documentos para, posteriormente, identificar e analisar informações que pudessem enriquecer a reconstrução do processo histórico.

Desse modo, a versão do processo de institucionalização acadêmica do Curso de Terapia Ocupacional no ensino superior do Estado de Alagoas, apresentada a seguir, valer-se-á das informações levantadas a partir das narrativas das colaboradoras e dos dados de outros documentos oficiais encontrados, complementando-se.

3. A institucionalização da Terapia Ocupacional no ensino superior do estado de Alagoas

O Curso de Terapia Ocupacional da Uncisal foi criado oficialmente em 1994, na Escola de Ciências Médicas de Alagoas (ECMAL), instituição pública estadual que ofertava apenas o curso de medicina desde 1968. Na época, a Fundação de Saúde de Alagoas Governador Lamenha Filho (FUNGLAF), mantenedora da ECMAL, elaborou uma Carta Consulta com um projeto de criação do Curso de Terapia Ocupacional, que foi enviada à Secretaria de Educação do Estado de Alagoas, por meio do processo Nº 8.264, no dia 28 de abril de 1994.

Na análise desta Carta, observa-se que o corpo técnico da instituição, responsável pela sua elaboração, foi composto principalmente por médicos, como o Sr. Rosivaldo Queiroz Soares, então diretor-presidente da FUNGLAF, Prof. Jurandir Boia, Prof.^a Delza Gitaí, Prof. Guilherme Pitta, Prof. Helvio Auto, Prof.^a Valéria Hora, com a colaboração da única terapeuta ocupacional do Estado de Alagoas, Mariluce Costa, e de duas professoras do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Prof.^a Luziana Maranhão, à época, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 1 (CREFITO 1), e a Prof.^a Amélia Pessoa, coordenadora do Curso de Terapia Ocupacional da UFPE na época (ECMAL, 1993).

O documento, além de solicitar a autorização para criação dos Cursos de Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Fonoaudiologia, também trazia dados estatísticos e informações para a execução e funcionamento dos Cursos. Anexos a este documento tinham dois ofícios do CREFITO 1, sob os números 110/93 e 111/93, que continham um trabalho de divulgação, esclarecimentos e incentivo referentes à ampliação dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional no Nordeste, ambos assinados no dia 23 de setembro de 1993, pela então presidente, Luziana Maranhão (ECMAL, 1993).

Os ofícios do CREFITO-1 apontam a grande desigualdade entre o número de cursos de Fisioterapia com o de cursos de Terapia Ocupacional, em diversas regiões do País. Somado a essa informação, o ofício demonstrava a carência de profissionais de Terapia Ocupacional e Fisioterapia no Estado de Alagoas. O Conselho Regional das categorias em pauta explicitou o seu apoio para fundar ambos os cursos na ECMAL, justificando que, a longo prazo, eles ampliariam a universalização da assistência em saúde prestada à população alagoana (ECMAL, 1993).

A criação do Curso de Terapia Ocupacional da ECMAL foi, então, autorizada pelo Decreto-Lei Nº 5.632, publicado no Diário Oficial do Estado em 11 de novembro de 1994, e, posteriormente, também pela Portaria Ministerial Nº 452, de 10 de maio de 1996, divulgada no Diário Oficial da União em maio de 1996. O seu reconhecimento se deu mediante a Portaria Nº 20/2003, de 18 de março de 2003, publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de março de 2003.

Para a organização do Curso, os responsáveis buscaram conhecer o funcionamento de outras instituições de ensino superior com graduações na área. Por isso, no segundo semestre de 1996, dois representantes da ECMAL, ambos médicos e professores da instituição, Jurandir Boia Rocha e Delza Leite Góes Gitaí, realizaram visitas à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e à Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com o intuito de conhecer os modelos pedagógicos e as instalações dos Cursos de Terapia Ocupacional. Na ocasião, eles realizaram registros fotográficos para a construção de um memorial, no qual havia imagens da estrutura física dos prédios que sediavam os cursos, bem como das salas de psicomotricidade e oficinas-laboratório de trabalho, com o intuito de conhecer e registrar os materiais utilizados pelos professores nas aulas e os recursos terapêuticos existentes nas áreas de estimulação precoce e reabilitação de modo geral. Na UFSCar, a visita foi acompanhada pela coordenadora do curso

de Terapia Ocupacional, Prof.^a Dr.^a Thelma Simões Matsukura, já na UNIFOR, não há registros indicando quem apresentou as instalações da instituição (ECMAL, 1996).

O ingresso da primeira turma e início de funcionamento da Graduação ocorreu em 1997, com oferta de 20 vagas anuais, no turno integral (matutino e vespertino). O Curso estava programado para a integralização em um período mínimo de quatro anos e máximo de seis, perfazendo um total de 3.705 horas (ECMAL, 1996). Nos dois anos iniciais de funcionamento, 1997 e 1998, o vestibular ocorreu junto ao da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. A partir de 2000, os vestibulares aconteceram de forma isolada, em datas diferentes, e os recursos financeiros gerados pelas inscrições foram utilizados para melhorar as condições da instituição de ensino.

A proposta pedagógica inicial se baseava no princípio do rigor acadêmico, da formação humanística, do embasamento científico e habilidades para o bom desempenho no exercício profissional (ECAMAL, 1996). Esses princípios eram norteados pelos pressupostos do Sistema Único de Saúde (SUS), de forma que os profissionais egressos atendessem satisfatoriamente à demanda, em qualidade e quantidade, da população, entendendo o homem como um ser biopsicossocial.

Para a formulação do primeiro Projeto Pedagógico do Curso, foram consultados os projetos pedagógicos de cursos de outras instituições: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (ECMAL, 1996). A proposta elaborada propunha formar um profissional que reconhecesse e analisasse a estrutura e a conjuntura da sociedade brasileira em relação ao perfil de produção e à ocupação dos diferentes indivíduos que a compõem, desenvolvendo, de forma dinâmica, suas habilidades para exercer a prática profissional nas suas diferentes áreas de atuação (ECMAL, 1996).

A estrutura curricular apresentava um tronco básico comum para os três novos cursos implantados na instituição: Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com disciplinas de formação geral e biológicas básicas, e um tronco específico para cada um dos cursos. Especificamente no Curso de Terapia Ocupacional, o currículo se organizava em ciclos de matérias classificadas como: Ciclo I e II, relacionadas às ciências biológicas e de formação geral (690 horas); Ciclo III, pré-profissionalizantes (660 horas); Ciclo IV, profissionalizantes (1.350 horas); Estágio Supervisionado Obrigatório (675 horas), dividido em clínicas gerais (540 horas) e clínicas específicas (135 horas); e Trabalho de Conclusão de Curso (150 horas) (ECMAL, 1996).

Analisando o currículo inicial, é possível inferir que a proposta era bastante biomédica, cujas matérias profissionalizantes se organizavam a partir das especialidades médicas, por exemplo: as disciplinas de Terapia Ocupacional cardiovascular e pulmonar; Terapia Ocupacional em dermatologia; Terapia Ocupacional em clínica geral; Terapia Ocupacional em neurologia e pediatria, entre outras.

Sobre os primeiros professores do Curso e a dinâmica das aulas, a colaboradora Juciara Pinheiro de Carvalho relata que:

No início do nosso Curso, a gente teve muito apoio da antiga ECMAL e de vários outros professores da UFPE, como Luziana Maranhão e muitos outros que vieram para cá. Também da UNIFOR, os professores vinham para cá e davam um módulo, eram pagos por hora aula. Então, era uma preocupação do dinheiro da hospedagem, de buscar em rodoviária, ter que levar para almoçar; era cansativo. E, o pior, era final de semana. O aluno tinha aula dia de sábado e domingo; então, nós passamos por tudo isso (Colaboradora Juciara Pinheiro de Carvalho).

Estando em Maceió-AL como terapeuta ocupacional no Hospital Escola Portugal Ramalho, uma das unidades assistenciais da Uncisal, Juciara Pinheiro de Carvalho participou de um processo seletivo para antiga ECMAL, sendo contratada como a primeira professora do Curso com formação específica na área, tornando-se, posteriormente, a primeira coordenadora, conquista importante para a graduação, pois, como afirmam Rosa e Emmel (2001), no âmbito do ensino superior, atividades de administração e gerenciamento conduzidas pelo professor, como a coordenação de cursos, delimitam um espaço político e uma posição no espaço universitário. Ainda, segundo Reis e Lopes (2018, p. 263), “a existência de cursos de Terapia Ocupacional coordenados por terapeutas ocupacionais significava a possibilidade de avanço acadêmico na área, além de dispor de uma representatividade profissional nos âmbitos político e governamental”.

Em Alagoas, o Curso surgiu numa época em que eram realizados poucos concursos para a docência no ensino superior, bem como o País enfrentava muitos problemas na área educacional. Contudo, durante esse período, começou a ser implementada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/EN), que, de certa forma, obrigava o Estado brasileiro a oferecer uma educação de qualidade. No entanto, isso não se tornou uma realidade imediata no País. A ECMAL não ficou isenta desses problemas, pois, para os cursos recém-criados, especificamente o de Terapia Ocupacional, a não realização de concurso público para docentes da área trouxe consequências para as primeiras turmas.

Nós não tínhamos professores suficientes na época que criaram os cursos novos. A primeira turma entrou no ano de 1997. A Escola passava por um período de dificuldade, quase fechando as portas. Eu me lembro de duas professoras no Curso de Terapia Ocupacional, formadas em Terapia Ocupacional, contratadas na época, além da coordenadora do Curso (Colaboradora Adriana di Martella Orsi).

Entre 1997 e 1999, o corpo docente do Curso era formado, em sua maioria, por profissionais de outras áreas, havendo somente três professoras terapeutas ocupacionais: Josenaide Engracia dos Santos⁵,

⁵ Graduada em Terapia Ocupacional pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, chegou a Alagoas para realizar um curso de especialização em Saúde Mental Infante Juvenil pela ECMAL. Durante o curso foi convidada a participar como docente do Curso de Terapia Ocupacional. Atualmente é professora da Universidade de Brasília.

Tatiana Bochenski⁶ e a coordenadora, Juciara Pinheiro de Carvalho. Nesse sentido, Lemos (1985) apud Reis e Lopes (2018) relata que, no período de abertura dos Cursos de Terapia Ocupacional no Brasil, principalmente na segunda metade do século XX, era comum a contratação de profissionais de áreas correlatas para ministrar as disciplinas da matriz comum aos cursos da saúde. Mesmo após algumas décadas da implantação do primeiro curso de Terapia Ocupacional no Brasil, o Curso da ECMAL seguiu essa mesma lógica, sendo, em maior número, os professores com formação em Medicina.

Somente nos anos 2000 e 2001, foram realizados dois processos seletivos com o intuito de contratar, temporariamente, seis professores terapeutas ocupacionais para ministrar as disciplinas específicas da área, do ciclo profissionalizante, sendo quatro novos professores no ano 2000 e mais dois em 2001 (UNCISAL, 2008).

Além do corpo docente reduzido, inicialmente o Curso teve diversos problemas estruturais e administrativos, principalmente em relação à ausência de locais para atividades práticas e de estágio. A colaboradora Adriana di Martella Orsi, egressa da segunda turma do Curso, observa:

Nesse período, nós tínhamos as contratações. Então, quando o professor podia vir, quando estava disponível para dar as disciplinas, a gente tinha as aulas. Eu lembro, no período de férias, a gente estar aqui, de janeiro a fevereiro, com um professor que vinha de Fortaleza dar aula em módulos; ele passava 80 horas e dava um módulo. Foi corrido, mas eram quatro anos o curso, com uma característica bem biologicista; as disciplinas bem parecidas com o curso médico. A gente levou um pouquinho mais de tempo para se formar porque, como não tinha professores na casa, até questão de estágio, locais de prática, era mais difícil. Os professores que chegavam aqui para abrir serviços nos locais, mostrar a Terapia Ocupacional, usar campos de prática, eram pioneiros (Colaboradora Adriana di Martella Orsi).

Apenas em 2002⁷, houve um primeiro concurso público para contratação de docentes, o que, segundo consta em documentos, possibilitou a efetivação de seis professores terapeutas ocupacionais (UNCISAL, 2008):

Em 2002, eu acredito que foi o primeiro concurso para professores efetivos, depois de quase dez anos [da aprovação para criação do Curso]. Assim, o Curso começou a melhorar (Colaboradora Adriana di Martella Orsi).

Para Juciara Pinheiro de Carvalho, apesar das problemáticas e dificuldades enfrentadas no início do Curso, *"ele deu certo até os dias de hoje"*. Durante a sua gestão na coordenação, entre os anos de 1997

⁶ Não foram encontradas outras informações sobre ela.

⁷ Cabe destacar que no ano de 2002 o Curso sofreu a sua primeira reformulação curricular com o objetivo de atender às novas DCNs, publicadas naquele mesmo ano. Entre as principais mudanças esteve o aumento da carga horária total de 3.790 horas para 4.280 horas, e do tempo mínimo de integralização de quatro para cinco anos (UNCISAL, 2008).

a 2002, ela destaca que a graduação ocupou o 5º lugar no *ranking* dos melhores cursos de Terapia Ocupacional do Brasil, referindo-se à avaliação dos cursos superiores realizada pelo Guia do Estudante da Editora Abril.

Luzânia Alves de Lima, assistente administrativo responsável pelo Curso na época de sua abertura, ressalta as dificuldades enfrentadas, no início, por professores e estudantes:

Mas, para chegarmos até aí, passamos por muitos perrengues, por muitas coisas difíceis. A gente não tinha sala, equipamentos, profissional para dar as aulas. No início, foi pesado, mas valeu a pena, pois a primeira turma que iniciou foi uma turma muito boa, eles passavam de manhã praticamente até a noite estudando os módulos. Mas a turma saiu, como dizia a professora Juciara, nasceram os filhos dela, cresceram, estudaram, formaram-se, e conseguimos formar a primeira turma (Colaboradora Luzânia Alves de Lima).

Segundo Adriana di Martella Orsi, apesar das turmas começarem com vinte alunos, alguns desistiam durante o percurso por perceberem que a graduação não condizia com as suas expectativas, tendo em vista que era uma área profissional nova no estado. Isso pode justificar o fato do Curso ter formado só duas profissionais na primeira turma. Já na segunda, formaram-se aproximadamente doze, como relata a colaboradora Manuella de Medeiros Albuquerque Lima:

Teve turmas dessas de 20 pessoas que, no final, como a primeira turma, só se formaram duas. Na turma da gente, das 20, se eu não me engano, eu acho que se formaram umas 12; algumas perderam disciplinas e se formaram depois, além de desistirem mesmo do curso só duas pessoas. Então, foi um número grande ainda de alunas que ficou (Colaboradora Manuella de Medeiros Albuquerque Lima, 2019).

Nos três primeiros anos do Curso, as aulas eram realizadas nas instalações da ECMAL, como consta na proposta pedagógica. No terceiro ano – ciclo profissionalizante –, começavam as disciplinas com práticas associadas à teoria. No entanto, pela falta de estrutura, não havia muita aula prática e as que existiam eram realizadas nas unidades assistenciais ligadas à ECMAL, como o Hospital José Carneiro, onde havia duas salas para atendimento em Terapia Ocupacional, sob a responsabilidade da terapeuta ocupacional Maria de Fátima Pessoa Tenório Mascarenhas⁸, sendo também suas primeiras experiências como preceptora do estágio. Ela foi professora substituta do Curso entre os anos de 2000 e 2003, quando ingressou, via concurso realizado em 2002, como docente efetiva, lecionando no Curso até o presente momento.

⁸ Graduou-se em Terapia Ocupacional pela UFPE em 1980.

Reis e Lopes (2018) afirmam que os primeiros terapeutas ocupacionais que adentraram à carreira docente tiveram de enfrentar inúmeros obstáculos para dar continuidade aos cursos e, ao mesmo tempo que se inventavam como docentes e formavam pessoas, precisavam abrir o mercado de trabalho para as novas gerações de profissionais.

Com relação às aulas e experiências práticas proporcionadas aos estudantes durante a graduação, Furtado e Fischer (2011) relatam que os estudantes, através do fazer, viver e estudar a atividade humana, podem repensar sua atuação e ressignificá-la para a sua prática clínica. Ainda sobre a experiência prática, Lopes et al. (2010) ressaltam que a extensão universitária também pode contribuir significativamente na formação dos terapeutas ocupacionais, pois estimula o graduando a estar presente em locais onde as demandas e vulnerabilidades se apresentam. Entretanto, no início da graduação ofertada pela ECMAL, além das aulas práticas reduzidas, não havia extensão.

Almeida, Ferreira e Batista (2011) declaram que é no espaço dos serviços que o mundo do trabalho e da futura prática profissional se configura e se estabelece para o estudante. Por isso, uma das muitas preocupações dos estudantes do Curso da ECMAL, nesse período inicial, eram os estágios, principalmente onde se daria a realização deles, como apontam as colaboradoras:

A grande preocupação da gente quando estava no terceiro ano era da clínica de Terapia Ocupacional, onde era que a gente ia estagiar? Isso foi uma luta muito grande da minha turma, a gente tinha esse movimento, eu, um pouco mais à frente porque, como eu falei, fazia parte do Centro Acadêmico, do conselho departamental, e era uma luta da gente nesse sentido (Colaboradora Manuella de Medeiros Albuquerque Lima, 2019).

Porque com essa estruturação a gente não tinha locais de práticas e estágios. Então, quando chegou o período de terminar as disciplinas, por essas dificuldades, que quase não tinha terapeutas ocupacionais nos serviços, a coordenação, na época, ainda sugeriu contato em Pernambuco. Quem tinha condições de ir... quem não tinha ficou esperando o estágio por aqui mesmo. Eu fui uma das que ficou esperando (Colaboradora Adriana di Martella Orsi, 2019).

Apesar de já existirem as unidades assistenciais da ECMAL, como a Maternidade Escola Santa Mônica, o Hospital Escola Portugal Ramalho e o Hospital de Doenças Tropicais (atualmente Hospital Escola Dr. Helvio Auto), estas não possuíam ou possuíam poucos profissionais da área em seu quadro de técnicos para receber os estudantes. Para preencher essa lacuna na formação, nos anos 2000, criou-se um convênio com o Departamento de Terapia Ocupacional da UFPE, visando garantir tais atividades.

Assim, para alguns estudantes das primeiras turmas, existia a opção de ir a Recife realizar o estágio obrigatório nas instituições parceiras da UFPE. No entanto, a ECMAL não subsidiava o deslocamento e permanência do aluno nessa cidade. Com isso, parte da turma que ingressou no ano de 1997 realizou o estágio obrigatório em Recife, os demais aguardaram o surgimento de estágios em Alagoas, fato que só

ocorreu a partir de outubro de 2001, atrasando a conclusão do curso, o que também pode justificar o pequeno número de concluintes na primeira turma.

Também em 2001, teve início a construção da Clínica de Terapia Ocupacional (atualmente transformada em Centro Especializado de Reabilitação – CER III), com recursos arrecadados do vestibular. Até a construção da clínica, os estudantes que estavam no período do estágio e não tinham condições de realizá-lo em Recife, exigiram a oferta de outras disciplinas ou cursos de curta duração para suprir a falta dos estágios, uma vez que todos os conteúdos já haviam sido ministrados, faltando apenas estes para conclusão da formação.

Com a inauguração da Clínica de Terapia Ocupacional em 11 de outubro de 2001, houve muito estagiário e pouca demanda de usuários. Em decorrência disso, os alunos ocuparam suas horas analisando os materiais da Clínica, como relata Adriana di Martella Orsi (2019):

A gente via aquelas coisas na caixa, guardadinhas e dizia: “Vamos encher, a gente já tá aqui, vai ter que usar”. Quem encheu as primeiras bolas suíças foi a gente; a gente colocou debaixo do braço e foi para o posto de gasolina encher, e trazia para ficar treinando e descobrindo como utilizava (Adriana di Matella Orsi, 2019).

Ainda, como a instituição não havia contratado terapeutas ocupacionais para atuar na preceptoria de estágio da Clínica da ECMAL, os poucos professores existentes realizavam esse trabalho, atuando em diversas áreas, correlatas ou não as suas especialidades. Essa ação era importante para os estagiários, pois ampliava suas vivências, uma vez que eles precisavam praticar o conteúdo ministrado em aula. Somente em 2002, foi realizado um concurso para professores e técnicos que atuariam também como preceptores dos cursos da ECMAL. Por meio disso, foi possível ampliar os campos de estágio, inclusive com o estabelecimento de convênios com hospitais da rede privada do estado, como a Clínica de Repouso Ulisses Pernambucano, a Clínica de Repouso José Lopes de Mendonça e a Casa de Saúde Miguel Couto, todos hospitais psiquiátricos.

Teve o concurso em junho de 2002, quando o pessoal assumiu e chegou mais gente, tinha condições de fazer uma lista de espera, começar a chamar os pacientes e poder colocar a clínica para funcionar. Aí, a coisa bombou. A gente não tinha tanto tempo sobrando. E, aí, foi uma loucura, mas foi muito bom porque tudo que a gente queria era prática. Chega de paciente hipotético! Não que isso tivesse sido ruim, obrigou a gente estudar o máximo possível, mas melhor que você ter o paciente hipotético, é você ter o paciente real e poder colocar em prática tudo. Isso é gratificante. Ver o resultado, é isso que eu quero ser, cheia de alegria, eu vou ser terapeuta ocupacional! Foram corridos os últimos meses, mas foram gratificantes (Colaboradora Adriana di Martella Orsi, 2019).

Devido aos problemas enfrentados nos anos iniciais da Graduação, no período de estágio, os estudantes tinham dificuldades no manejo e atuação prática. A egressa Manuella de Medeiros Albuquerque Lima (2019) afirma que o conteúdo que deveria ter sido aprendido de forma processual, durante os anos iniciais da Graduação, acabou sendo aprendido durante o estágio.

A partir da análise de documentos oficiais e das entrevistas, percebe-se que a institucionalização acadêmica do Curso de Terapia Ocupacional em Alagoas se deu devido à necessidade de atender à demanda da formação de profissionais de nível superior da área de reabilitação no estado, que, na época, era escassa. Cabe pontuar, também, que a abertura do Curso, juntamente com a Fisioterapia e Fonoaudiologia, esteve atrelada à necessidade de captação de recursos do Estado para a antiga ECMAL, uma vez que, no período, somente a oferta do Curso de Medicina não justificava os investimentos econômicos na instituição, que corria o risco de ter suas portas fechadas.

4.Considerações finais

A partir deste estudo, percebe-se que a institucionalização acadêmica da Terapia Ocupacional no ensino superior de Alagoas se deu em meio a inúmeras dificuldades estruturais da instituição e do próprio mercado de trabalho para a área, praticamente inexistente nos anos iniciais do Curso. Nesse contexto, apesar das dificuldades relatadas, a abertura da graduação em Terapia Ocupacional impulsionou a formação de um mercado de trabalho para a profissão no estado, inferindo-se que isto, possivelmente, contribuiu para que a população pudesse se beneficiar dos serviços da área.

Apesar das dificuldades e problemas que surgiram na implementação do Curso e no decorrer da vida acadêmica dos primeiros estudantes e professores, houve apoio da ECMAL e de outras instituições nos estados de Alagoas e Pernambuco para a institucionalização da Terapia Ocupacional no ensino superior alagoano. É notório nessa pesquisa que a implantação e sustentação da Graduação contou com atores de fora e de dentro da profissão, inclusive alguns que, em muitos momentos, tomaram para si a responsabilidade de levar a cabo esse projeto e não desistiram diante das dificuldades do caminho, como é o caso das colaboradas deste estudo.

Também é importante ressaltar que o método da história oral possibilitou o entendimento e o registro da trajetória dos anos iniciais do Curso, por meio das narrativas de pessoas que vivenciaram esse processo. A partir dessas narrativas e do levantamento e consulta de documentos históricos, foi possível identificar as dificuldades que marcaram a história dos primeiros anos do Curso, como a falta de professores terapeutas ocupacionais, a elevada evasão estudantil, o caráter biomédico da formação, a dificuldade de efetivar a relação teoria-prática e a ausência de terapeutas ocupacionais em serviços para receber os estudantes para práticas e estágios. Nesse cenário, observaram-se inúmeras fragilidades nos anos iniciais do Curso e que rebateram significativamente na formação das duas primeiras turmas, revelando que a instituição tardou a cumprir com seus compromissos quando assumiu a responsabilidade

pela criação e oferta da formação em Terapia Ocupacional, dificuldades estas que sofreram influências do contexto econômico e político nacional desfavorável.

Por outro lado, reconhece-se alguns aspectos positivos, entre os quais se destacam os esforços empreendidos pelos professores, estudantes e pela própria instituição para que a formação continuasse a existir, tais como o estabelecimento de parcerias interinstitucionais para viabilização das atividades práticas e, posteriormente, a realização de concurso público para a contratação de professores e técnicos e a construção da Clínica de Terapia Ocupacional. Tais esforços contribuíram para a institucionalização da formação em Terapia Ocupacional no ensino superior alagoano, bem como para ampliação dos cursos de Terapia Ocupacional na região Nordeste.

Portanto, esta pesquisa possibilitou a sistematização de informações históricas sobre os anos iniciais do único Curso de Terapia Ocupacional do Estado de Alagoas, tornando-se um registro para preservar a memória coletiva, que pode ser utilizado para consulta e futuras pesquisas sobre a Terapia Ocupacional no Brasil, a partir das particularidades locais, neste caso, a realidade de Alagoas. Por fim, ressalta-se que pesquisas futuras podem enriquecer a reconstrução dessa história com base no acesso ao relato e à vivência de outros/as protagonistas que não puderam participar deste estudo.

Referências

Almeida, M. H. M.; Ferreira, A. B. & Batista, M. P. P. (2011). Formação do terapeuta ocupacional em gerontologia: contribuições de docentes de cursos de graduação em terapia ocupacional no Brasil. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 22(3), 289-297. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v22i3p289-297>

Bosi, E. (2003). *Tempo vivo da memória*. São Paulo, Ateliê.

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília*. Recuperado em 20 de maio de 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Brasil. (1997). Parecer CNE/CES nº 776, de 3 de dezembro de 1997. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília*. Recuperado em 20 de maio de 2020, de http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf

Drummond, A. F. & Rodrigues, A. M. V. N. (2004). Os desafios da implantação de uma proposta de flexibilização curricular nos cursos de terapia ocupacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 15(3), 106-111. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i3p106-111>

ECMAL. (1993). *Projeto de Criação do Curso de Terapia Ocupacional: Carta Consulta*. Maceió.

ECMAL. (1996). *Memorial fotográfico da visita dos professores representantes da Escola de Ciências Médicas de Alagoas à UNIFOR e à UFSCar*. Maceió, 1996.

Furtado, E. A. & Fischer, M. C. B. (2011). Método da Escavação em Terapia Ocupacional: Um dispositivo dinâmico a três polos? *Revista Trab. Educ. Saúde*, 9(1), 175-199. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462011000400009>

Gaspar, L. A. (2013). *Formação em Terapia Ocupacional no Brasil: desafios e perspectivas*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília].

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5390/1/2013_LarissadeAssisGaspar.pdf

Gigante, M. A. (2008). *História oral de idosos asilados em São Carlos – SP: Velhice, asilo e memória da cidade (1950-2008)*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho].

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103123>

Hahn, M. S. & Lopes, R. E. (2003). Diretrizes para a formação de terapeutas ocupacionais: percursos e perspectivas. *Proposições*, 14(1), 121-139.

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/download/8643911/11378/>

Lopes, R. E.; Malfitano, A. P. S.; Silva, C. R.; Borba, P. L. O. & Hahn, M. S. (2010). Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais. *Revista O Mundo da Saúde*, 34(2), 140-147. http://www.saocamilosp.br/pdf/mundo_saude/75/140a147.pdf

Lopes, R. E. (2004). Terapia ocupacional em São Paulo: um percurso singular e geral. *Cad. de Terap. Ocup. da UFSCar*, 12(2), 75-88.

<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/181%3E>

Lopes, R. E. & Pan, L. C. (2013). O ensino de terapia ocupacional social. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 24(2), 103-111. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v24i2p103-111>

Meihy, J. C. S. B. (2005). *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola.

Meihy, J. C. S. B. & Holanda, F. (2007). *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto.

Moreira, A. B. (2008). Terapia Ocupacional: História Crítica e Abordagens Territoriais/Comunitárias. *Revista Vita et Sanitas*, 2(2), 79-91.

<http://fug.edu.br/revistas/index.php/VitaetSanitas/article/view/103>

Pan, L. C. (2014). *Políticas de ensino superior, graduação em Terapia Ocupacional e o ensino de Terapia Ocupacional social no Brasil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos].

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6889>

Reis, S. C. A. G. (2017). *Histórias e memórias da institucionalização acadêmica da Terapia Ocupacional no Brasil: de meados da década de 1950 a 1983*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9697>

Reis, S. C. C. A. G. & Lopes, R. E. (2018). O início da trajetória de institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil: o que contam os (as) docentes pioneiros(as) sobre a criação dos primeiros cursos. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, 26(2), 255-270. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1154>

Rosa, S. D. & Emmel, M. L. G. (2001). Reflexões sobre os diferentes papéis assumidos pelo terapeuta ocupacional enquanto professor universitário. *Cad. de Terap. Ocup. da UFSCar*, 9(1), 1-15.

<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/231/0>

Silva, V. P. & Barros, D. D. (2010). Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, 21(1), 68-73.

<https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v21i1p68-73>

Soares, L. B. (1991). *Terapia Ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?* São Paulo: Editora Hucitec.

Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup., 6(1), 715-731, 2022.

UNCISAL. (2008). *Projeto Pedagógico do Curso de Terapia Ocupacional*. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Maceió.

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203–220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

Contribuição dos autores: E. J. S. realizou a pesquisa de campo, reuniu e analisou os dados e escreveu o texto. S. C. C. A. G. R. e W. C. B. trabalharam na análise dos dados e revisão do texto.

Recebido em: 22/05/2021

Aceito em: 25/07/2021

Publicado em: 31/01/2022

Editor(a): Ana Carollyne Dantas de Lima